

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1246992 - PR (2018/0031423-0)**

**RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**

**EMBARGANTE : G J B**

**ADVOGADOS : PEDRO EUCLIDES UTZIG - PR021362  
VICENTE HIGINO NETO E OUTRO(S) - PR024250**

**EMBARGADO : J R S**

**ADVOGADO : NIXON ALEXSANDRO FIORI - PR044765**

## **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL NÃO VERIFICADOS. CARÁTER MANIFESTAMENTE PROTETÓRIO. ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. MULTA.

1. Ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos declaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

2. Evidenciado o caráter manifestamente protetório, ante a reiteração de questões já apreciadas, impõe-se a aplicação da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do Código de Processo Civil de 2015.

3. Embargos de declaração rejeitados, com a imposição de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, com aplicação de multa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva  
Relator